

Economia Brasil

Acordo contra a paranóia

A economia brasileira entrou em um túnel. Sem conseguir perceber de que lado está a saída, empresas de praticamente todos os setores tendem a moderar suas atividades. Nota-se uma inclinação para o abatimento, para a depressão e, até mesmo, em alguns casos, para a paralisia.

O fenômeno é tanto mais chocante quando se sabe que uma das características marcantes da economia brasileira é o seu dinamismo — às vezes tão grande, que provoca a desorganização.

A realização de um amplo entendimento nacional é, neste momento, a única forma de fazer aparecer uma luz no fim desse túnel.

Não é necessário que esse entendimento alcance uma extensa pauta de assuntos. É indispensável, porém, que estabeleça metas, objetivos, parâmetros, que podem ser extraordinariamente simples, mas que sejam capazes de orientar a ação dos trabalhadores, das empresas que os empregam e do governo, nas suas diferentes esferas e níveis.

A ausência dessa mínima plataforma comum impulsiona as relações econômicas na

direção de um comportamento paranóico, quando não verdadeiramente selvagem.

É o que se verifica no caso de reivindicações trabalhistas absurdas, que atingem — e em casos de aguda insensatez até ultrapassam — a solicitação de aumentos salariais da ordem de 500%, e, dessa forma, não oferecem base ao início de qualquer negociação.

É, igualmente, o que se observa na ação das empresas que diminuem deliberadamente a produção para assegurar a ampla margem de lucro dos seus produtos; e de instituições financeiras que inviabilizam, com sua ganância, o prosseguimento de negócios saudáveis, que geram atividades e empregos.

A recessão econômica sem dúvida provoca perdas. É inútil tentar dividir um bolo menor em fatias iguais àquelas em que era dividido um bolo maior. O desacordo persistente quanto ao tamanho das fatias gera atritos, insegurança e uma óbvia neurose.

É necessário que exista um horizonte visível para orientar todos os agentes econômicos. Ou esse horizonte surge de um acordo entre partes que o elegem como objetivo, ainda que parcial, ou só será vislumbrado depois de tornado inevitável por força de uma verdadeira depredação de parte da economia brasileira, com o conseqüente sofrimento de milhões de seres humanos.

Esse é o quadro que coloca sobre os ombros de cada um dos seus protagonistas a responsabilidade de buscar um acordo e não o simples atendimento dos seus interesses. Não há prioridade mais prioritária do que essa.

Não apenas as organizações empresariais mas cada empresário em particular deve assumir a sua parte nessa tarefa. O mesmo vale para os sindicatos e para cada trabalhador.

No setor público a responsabilidade de conduzir o entendimento a um desfecho posi-

vo é ainda mais evidente. Abrange, além do Poder Executivo federal, os estaduais e municipais. Inclui o Legislativo e o Judiciário, nas suas ações normativas e no comportamento pessoal de todos os seus membros.

Colaborar para que um entendimento seja alcançado significa, em todas essas esferas, trocar a tensão permanente por alguma tranquilidade e devolver à nação brasileira a esperança que sempre a animou.

É importante que sejam formulados, com a maior brevidade possível, os parâmetros de uma negociação razoável. Inevitavelmente, todos os envolvidos terão de aceitar alguma espécie de desistência em relação à situação desejada. Nenhum acordo será atingido com plena indexação mensal de salários, selvagem remarcação de preços e repasse de custos.

O sacrifício que for feito, porém, será certamente compensador, porque através dele será possível devolver segurança às empresas e às famílias. Livre negociação não significa negociação permanente. Algum patamar de interesse comum precisa ser encontrado.